

# Espaço público 'revitalizado' e contradições: Enobrecimento de visitação e antienobrecimento no bairro de Jaraguá, Maceió-AL (Brasil)

DANIEL ARTHUR LISBOA DE VASCONCELOS \* [ daniel\_tur@hotmail.com ]

LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAÚJO \*\* [ lmedeirosbr@gmail.com ]

**Resumo** | Enobrecimento, gentrificação, ou gentrification, é um processo socioespacial e cultural que pode ser compreendido como a transformação de significados em localidades urbanas (geralmente centrais e culturalmente relevantes), baseado em lógicas de mercado, em que ocorre apropriação cultural de espaços, a partir de fluxos de capital, e que tem como suas tendências a exclusão social e a expulsão de populações locais de baixa renda das áreas 'enobrecidas'. Este trabalho aborda um tipo de enobrecimento que ocorre comumente no Brasil, que é voltado para a atração de turistas e visitantes para centros históricos revitalizados, denominado enobrecimento de visitação. Esse processo ocorreu na cidade de Maceió-AL, no bairro de Jaraguá, e foi influenciado por financiamentos originados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Esse texto visa a explicitar as contradições existentes no caso aqui estudado.

**Palavras-chave** | Revitalização, Enobrecimento de visitação, Contradições, Jaraguá, Maceió-Alagoas, Brasil.

**Abstract** | Gentrification is a socio-spatial-cultural process that can be understood as the transformation of meanings (usually central and culturally relevant) in urban localities based on market principles. The gentrification rationale involves the cultural appropriation of spaces based on capital flows and it normally leads to social exclusion and expulsion of local low-income populations from 'ennobled' areas. This paper discusses a kind of gentrification that has occurred commonly in Brazil and which is aimed at attracting tourists and other types of visitors to historic revitalized districts, a phenomenon known as ennoblement visitation. Such a process took place in the city of Maceió-AL, in the Jaraguá neighborhood, and it was influenced by funding originated from the Inter-American Development Bank, channeled through the Banco do Nordeste do Brasil. This paper aims to clarify the contradictions explicit in the Jaraguá case.

**Keywords** | Revitalization, Gentrification, Contradictions, Jaraguá, Maceió-Alagoas, Brazil.

\* **Doutor em Cidades** (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) e **Mestre em Sociologia** pela Universidade Federal de Alagoas, Brasil. **Docente efetivo** da Graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas.

\*\* **Doutor em Planejamento do Turismo** pela Sheffield Hallam University, Inglaterra. **Docente efetivo** no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDema) da Universidade Federal de Alagoas. Professor/orientador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

## 1. Introdução

Muitas são as cidades no mundo que têm os 'espaços públicos'<sup>1</sup> de seus centros históricos transformados por intervenções urbanas que almejam (re)valorizar áreas consideradas desvalorizadas para usufruto de moradores e visitantes. Os exemplos são muitos (Barcelona, Londres, São Francisco, Nova Iorque, Santiago, Buenos Aires, São Paulo,...) e tais mudanças no espaço urbano acompanham um fenômeno mais amplo de 'modernização'<sup>2</sup>, características do avanço temporal e da expansão global do modo de produção capitalista.

Com o advento da globalização as cidades passaram a se (re)transformar perante a lógica de espaços que necessitam se manter atrativos para o consumo, o turismo e a reprodução do capital. Há aproximadamente três décadas, sob a égide de políticas neoliberais, muitas cidades brasileiras, intentando a requalificação de centros históricos, vêm adotando políticas públicas de 'revitalização', voltadas para a valorização de seu patrimônio histórico, principalmente de caráter arquitetônico, como tentativa de atrair consumidores variados para esses espaços (residentes, comerciantes, visitantes,...).

Tais políticas tendem a transformar os espaços públicos das cidades na lógica do que Leite (2004) conceitua como *city marketing*, ou seja, a reinvenção de lugares para se tornarem vitrines de consumo. São as políticas de enobrecimento, gentrificação, *gentrification*<sup>3</sup> que, conforme esse autor, fornecem suporte à tendência de transformar sítios históricos degradados em áreas de consumo, entretenimento e fruição turística.

É comum, nas propostas de enobrecimento de centros históricos, o discurso de se almejar a recuperação de uma vida pública que 'ora não ocorre', contudo, tal concepção ignora as classes renegadas pelas camadas sociais de classe média e alta nas cidades, as quais muitas vezes habitam esses espaços, seja como forma de moradia, trabalho, lazer, ou outras atividades rotineiras. Conforme Leite (2010a), ao desconsiderarem esses atores sociais

como parte da dinâmica 'revitalizadora' dos lugares históricos, os planejadores do espaço urbano cometem duplo erro, ao tomar a cidade como o lugar de/para alguns (sejam eles os residentes ou visitantes), ao passo em que promovem/vendem uma [utópica] cidade para 'todos'.

Tais processos de intervenção, em geral, geram consequências peculiares, causando contradições urbanas, contrastando a pobreza e a carência das populações marginalizadas com o pano de fundo de uma bela monumentalidade arquitetônica. Essas intervenções tentam esconder as paisagens de miséria, atreladas à segregação fomentada pelos usos dos espaços públicos 'revitalizados', com rotinas controladas por aparatos de segurança ou lugares que enclausuram os visitantes. Essa tentativa de disciplinar os espaços com uma

<sup>1</sup> Acompanhou-se, aqui, os preceitos de Santos (1988), de que o espaço é um sistema de objetos e de ações (também no sentido de se almejar mudanças sociais, atuando sobre o próprio espaço), e de Faria (2002) de que o público pode consistir na condição de a sociedade auto identificar-se como sujeito coletivo ouator social. Assim, o espaço público pode ser como o lócus da ação política e da possível realização dessa (Arendt, 1958; Serpa, 2007), e analisado sob uma perspectiva crítica, incorporado como uma mercadoria de consumo, inserido na lógica do sistema capitalista global, ou culturalista, quando considerado símbolo de reprodução das intersubjetividades, ao se relacionar sujeitos e percepções na produção e reprodução da(s)espacialidade(s) (Serpa, 2007).

<sup>2</sup> Problematizando a modernidade, Anthony Giddens refere-se a ela enquanto um "estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência" (Giddens, 2003, p. 11). Segundo esse autor, ela opera através de um conjunto de descontinuidades, cujo ritmo, sendo veloz, a sua amplitude é global, multidimensional, operando o capitalismo enquanto uma força avassaladora, o qual, em nível global tem acelerado processos de divisão de trabalho, estando ainda dentre as mudanças, a alteração da relação tempo e espaço e um desencaixe das relações sociais.

<sup>3</sup> Gentrificação, *gentrification* ou enobrecimento, segundo Featherstone (1995) e Leite (2004, 2010a), é o processo de transformação de significados em localidades urbanas (geralmente centrais e culturalmente significativas), baseado em lógicas de mercado, em que ocorre apropriação cultural de espaços, a partir de fluxos de capital. Além do forte apelo visual arquitetônico, uma das tendências desse processo é a exclusão social ou a expulsão de populações locais de baixa renda das áreas 'enobrecidas', o que incentiva um controle dos espaços pelos aparatos de ordenamento, limpeza e segurança, que visam ao uso de classes sociais médias e altas.

'rotina controlada' tem sido insuficiente para a sua manutenção, gerando territorialidades<sup>4</sup> conflitantes e os constantes insucessos em planos de requalificação urbana desse tipo.

Diante do marco teórico/conceitual exposto, o objetivo dessa reflexão é ilustrar como se deu o processo de revitalização do bairro de Jaraguá. A exemplo do que ocorreu em várias áreas do Nordeste brasileiro, essa intervenção foi, em grande parte, financiada pelo capital originado de uma das grandes instituições financeiras mundiais: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que funciona(ou) como uma agência captadora de capital transnacional para investimentos na região Nordeste do Brasil. Esses investimentos foram concretizados por meio de ações do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE).

Esse programa teve como objetivos expressamente formulados a promoção do desenvolvimento do setor turístico da região Nordeste, de forma sistêmica, a partir da disponibilização de infraestrutura de apoio ao turismo; assim como o avanço no processo de melhoria da qualidade de vida da população fixa inserida nas áreas a serem beneficiadas, aumentando, assim, as condições para a atração de visitantes. Porém, na prática, o que se observa é que

o modelo de 'urbanização para o turismo' proposto pelo PRODETUR/NE reproduz as segregadoras práticas neoliberais, consolidadas em políticas de *gentrification*.

## 2. Enobrecimento e requalificação em centros históricos: Espaços segregadores

Não obstante vários autores de renome, como Harvey (1992), Featherstone (1995), Zukin (1995) e Jameson (1997), que tendem a considerar as práticas de *gentrification* como uma expressão pós-moderna<sup>5</sup> de planejamento urbano, com características de apelo estético e funcional, ao buscar compreender o fenômeno da revitalização de um centro histórico, via política de enobrecimento, nossa hipótese principal é a de que este é uma expressão, em última instância, de uma tendência neoliberal de urbanismo, entrelaçada ao processo de globalização nas suas múltiplas dimensões (econômica, social, cultural, ...) e suas consequências.

Conforme Leite (2004), em geral pode afirmar-se que tais intervenções alteram a paisagem urbana com uma arquitetura de apelo visual, que visa a adequar a paisagem às demandas de valorização imobiliária, segurança, limpeza e ordenamento que enquadrem esses espaços públicos para os gostos e necessidades das classes médias e/ou altas. Contudo, tal iniciativa resulta em espaços segregadores, fragmentados em demarcações socioespaciais. É o que esse autor conceitua como 'contrausos' (Leite, 2004), que desafiam o espaço disciplinar e perturbam o cotidiano das elites (Leite, 2010a).

Os lugares enobrecidos tendem a ganhar uma considerável visibilidade por conta das intervenções que alteram os seus usos anteriores, que em geral expressam estados de degradação e declínio da área urbana, com a evasão de moradores de classe média e alta, e consequente desvalorização e perda de função de mobiliário e equipamentos urbanos;

<sup>4</sup> Utilizamos, aqui, a acepção de território compreendido como uma delimitação espacial determinada a partir de relações de poder (Souza, 1995). Conforme esse autor, na tradicional geografia política compreende-se território como espaço concreto, apropriado e ocupado por um grupo social, o qual gera identificações socioespaciais.

<sup>5</sup> O conceito de 'pós-modernidade' é polêmico, pouco compreendido e não é aceito de forma unânime. Existem diversas formas de interpretar o pós-modernismo, como existem diversas formas de interpretar a modernidade. Segundo Jameson (1997) esse momento seria marcado pelo pós-guerra, no início dos anos 1950, sucedida nos anos 1970 pelo neocolonialismo, a revolução verde e a informatização. Já Harvey (1992) sugere que, desde aproximadamente 1972, vêm ocorrendo grandes mudanças nas práticas político-econômico-culturais, as quais estão vinculadas a uma nova maneira de interpretarmos o tempo e o espaço na organização capitalista.

em geral, permanecem ocupações desordenadas ou populações marginalizadas, o que acentua a desvalorização social dessas áreas (Leite, 2010). Leite e Peixoto (2009, citado por Leite 2010a) destacam que, em geral, há algumas etapas pelas quais passam os centros históricos antes da revitalização, quais sejam: (i) a centralidade que agrega as primeiras manifestações da vida urbana; (ii) a perda de importância socioeconômica relacionada a vários fatores, que os torna lugares marginalizados e estigmatizados; (iii) inserção na pauta de políticas urbanas, adquirindo uma identidade patrimonial; (iv) realização de intervenções que visam à uma reinvenção do patrimônio e à construção de uma nova imagem da cidade, o que os torna focos de intensivas políticas públicas e investimentos de esferas públicas e privadas.

Muitos são os casos de espaços revitalizados que passaram por esse tipo de intervenção, a exemplo dos casos de áreas portuárias de Londres, Barcelona, Porto, Lisboa, Buenos Aires, Recife e Salvador. Conforme Leite (2010a), essas localidades foram eleitas por conjugarem duas relevantes características para que tais alterações pudessem ser viabilizadas: a importância simbólica na história dessas cidades; assim como um baixo adensamento populacional, o que as caracteriza como áreas marginalizadas. Com as intervenções urbanísticas e as ações de restauro nos monumentos, as áreas degradadas ganham novos usos, o que tende a mudar suas rotinas, com o retorno dos moradores da cidade para consumir o espaço público, assim como a presença de visitantes e turistas.

Por estarem num contexto cultural e político mais próximo do nosso objeto de estudo, destacaremos brevemente os casos de requalificação dos centros históricos de Salvador e Recife, no Nordeste do Brasil, que conforme Leite (2010b), passaram por um processo denominado 'enobrecimento de visitação', o qual predomina no Brasil e, como sugere Bidou-Zachariassen (2006, citado por Leite, 2010b),   uma interven o tipificada como de forte apelo turístico, mas carente de propostas de recupera o

de moradias para popula es de baixa renda que residualmente habitam esses lugares.

A chamada 'Opera o Pelourinho' (em Salvador), consistiu, segundo Leite (2004), em uma experiência pioneira de gentrifica o no Brasil. Tal condi o aplica-se pela ausência de uma política local que levasse em considera o residentes locais e que, por conta de restri es do uso habitacional, viram-se expulsos do Bairro do Pelourinho. Assim, enquanto proprietários, comerciantes e turistas foram valorizados, a popula o local saiu perdendo no processo. Nesse contexto, conforme Leite (2004, p. 73), o patrim nio cultural local foi tratado "como mera mercadoria cultural e não como um bem simbólico para a popula o". Tais processos tendem a produzir estetiza es e elitiza o de áreas urbanas forjadas por lógicas de mercado, baseadas no consumo e na venda do lazer e do turismo.

Já no caso do Plano de Revitaliza o do Recife Antigo, também se objetivou a cria o de espaços de lazer e diversão, com o intuito de se atrair turistas nas escalas nacional e internacional (Leite, 2004). O bairro foi transformado em pólo de lazer e cultura da cidade, porém, a segrega o socioespacial manifestou-se, neste lugar, com a negligência do chamado Programa de Requalifica o Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP), que almejava, dentre outras a es, a constru o de um centro comercial a fim de atender demandas (de comércio, serviços, lazer e habita o) dos residentes locais, que vivem em um lugar também conhecido como 'Favela do Rato' (Nery & Castilho, 2008).

Resguardadas as singularidades, as interven es feitas no Pelourinho e no Recife antigo repetem exemplos de outras cidades históricas brasileiras e de outros países, tendências que se acentuam principalmente nas duas (ou três)  ltimas décadas, e resultam em contínuas altera es em lugares históricos que, para se tornarem áreas de lazer, entretenimento e turismo, fomentam os chamados contrausos urbanos (Leite 2004). Casos citados por Leite (2010a) ilustram sua afirma o:

Em Salvador, estudo recente demonstrou como a pequena 'Favela da Rocinha', incrustada no Centro Histórico da cidade, adentrava o espaço enobrecido do Pelourinho, da mesma forma que este último resvalava nas sociabilidades da favela (Araújo, 2007). Situação semelhante podia ser observada no Recife, com os conflitos e as permeabilidades entre a 'Favela do Rato' e a área enobrecida (Souza, 2007).

Pode observar-se, a partir desses casos, que os projetos contemporâneos de 'revitalização', ao recolocar os centros históricos nas políticas públicas, têm transformado o patrimônio histórico em mercadoria cultural, adequando-se às exigências mercadológicas, ao fomentar parcerias com os empresários. Contudo, destaque-se que, o processo tem reeditado, no plano cultural, práticas de exclusão social que se acentuam por conta do esvaziamento das políticas sociais do Estado, ou seja, reflexos do neoliberalismo. Vistos esses exemplos, a partir de agora focaremos nossa reflexão no bairro de Jaraguá, Maceió-AL.

### 3. A 'revitalização' do Jaraguá

Para muitos historiadores, o bairro de Jaraguá deu origem à cidade Maceió, no século XVII. Como tantas capitais do litoral do Nordeste brasileiro, a cidade desenvolveu-se por conta da atividade portuária em seu ancoradouro natural, localizado nesse lugar (Costa, 1982).

As primeiras habitações em Jaraguá pertenceram a famílias portuguesas. Com o surgimento de mais residências e casas comerciais, após 1820, o bairro tornou-se um ativo centro comercial, cheio de companhias de navegação, bancos, restaurantes e casas de prostituição; no entanto, o que mais marcou a história econômica desse bairro parte da cidade de Maceió foram os antigos armazéns, denominados trapiches. No alvorecer do século XX, com toda a movimentação portuária, Jaraguá passou

por intenso progresso industrial, comercial e cultural; já na segunda metade desse mesmo século, o lugar tornou-se famoso, por ser uma zona de meretrício, frequentada pelos boêmios da cidade (História de Jaraguá, 2002).

Durante a década de 1980, no entanto, a decadência começou a ficar evidente. Problemas de infraestrutura, transportes e serviços assolaram a localidade. Em meados dos anos 1980, o patrimônio histórico local foi tombado, porém as más condições de tráfego na maioria das ruas e a falta de conservação dos casarões evidenciavam o aspecto de abandono e a urgente necessidade de ações revitalizadoras. Grande parte do casario, ainda existente no lugar, foi construída nos séculos XVIII, XIX e início do século XX (História de Jaraguá, 2002). Hoje, a Rua Sá e Albuquerque, antiga Rua da Alfândega, com seus trapiches, sobrados e prédios históricos, é a uma das heranças arquitetônicas do passado boêmio do bairro.

Atualmente, com uma área circunscrita aproximada de 1,3 km<sup>2</sup> (vide localização na figura 1) e população de aproximadamente 3.211 habitantes,

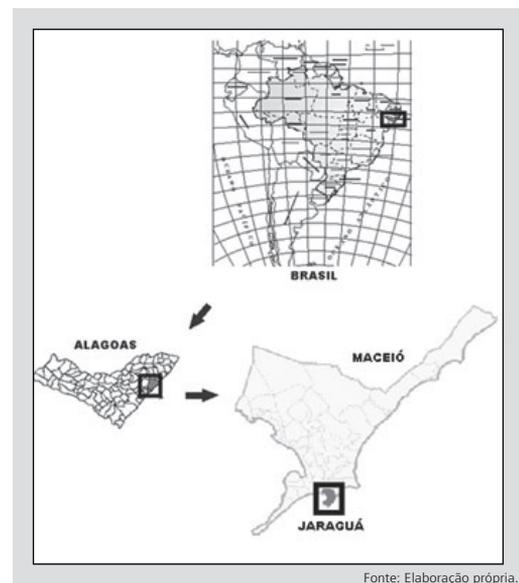


Figura 1 | Localização do Bairro de Jaraguá na cidade de Maceió-AL-BR.



Figura 2 | Atual fachada do prédio da Associação Comercial de Maceió.

o Jaraguá possui certa carência generalizada de equipamentos urbanos. Algumas edificações destinadas a atividades culturais, não constituindo mais um pólo comercial ou de serviços, ou de lazer e cultura, contudo possuindo ainda alguns estabelecimentos produtivos com atuação em nível municipal e com pequenas empresas algumas indústrias, pulverizadas na área do bairro, e alguns equipamentos culturais que atendem à cidade (Sarmiento & Monteiro, 2013).

Em pesquisas anteriores (c.f. Vasconcelos, 2004), foram estudadas as consequências da primeira etapa do PRODETUR/NE na capital alagoana, mais especificamente, no Bairro de Jaraguá. O Programa surgiu através de uma iniciativa dos governadores dos Estados do Nordeste, sendo formalizado através da portaria conjunta da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) (Portaria n.º 01/91 de 29 de novembro de 1991), com o propósito de desenvolver o turismo integrado na região Nordeste (e norte do Estado de Minas Gerais), estimulando o aumento do nível de empregos e a geração de renda, através do fortalecimento do fluxo turístico (Rodrigues, 2001).

Nas décadas de 1990 e 2000, Jaraguá foi submetido a um projeto de revitalização através do PRODETUR-NE, o qual tinha como alguns de seus principais objetivos, o incremento do turismo e a

melhoria das condições de vida da população local. Considera-se que esse projeto, o qual se desdobrou em um reordenamento sócio-econômico-espacial, foi o norteador da tentativa de enobrecer o bairro.

No que se refere às intervenções, algumas obras propostas nesse projeto, como o melhoramento das calçadas e a criação dos calçadões; a recuperação de praças e de prédios históricos – como o Palácio do Comércio (sede da Associação Comercial de Maceió, conforme figura 2) – a construção do Centro Cultural e de Exposições, entre outras foram executadas.

Acreditando na recuperação da dinâmica local, alguns empresários investiram em equipamentos de lazer, restaurantes, dentre outros, concentrando esses investimentos principalmente na Rua Sá e Albuquerque, que se tornou, novamente, a mais movimentada do bairro, e uma das mais frequentadas na noite maceioense. Tais empreendimentos, agregados ao novo visual decorrente do restauro de alguns principais monumentos da rua, atraíram novamente os maceioenses e os visitantes (turistas e excursionistas) para o lazer noturno do bairro. A rua se tornou espaço de lazer, seguindo a observação de Cruz (2003), de que com a busca de intensificação do uso turístico em determinado espaço surgem, multiplicam-se e concentram-se objetos com funções vinculadas ao desenvolvimento turístico.

Entretanto, com o passar dos anos iniciais do século XXI, o que se percebeu foi que os processos de revitalização e de tentativa de turistificação<sup>6</sup> não lograram êxito. Isso pode ser observado, por exemplo, pelo baixo fluxo de turistas, que, conforme informações coletadas no Sindicato dos Guias de Turismo de Alagoas (SINGTUR) (2013) se justifica pelo fato de a parte histórica do Jaraguá, principalmente a Rua Sá e Albuquerque, não ser parada obrigatória nos city tours realizados na cidade. Além disso, o fluxo de residentes, hoje, está aquém do esperado, pois apesar

<sup>6</sup> Tal processo consiste no (re)ordenamento ou na (re)adequação espacial em função do interesse turístico. É uma interação entre fixos (território, paisagens, ...) e fluxos (capital, pessoas, padrões e valores culturais), que influencia as diferentes esferas da organização socioespacial (Vasconcelos, 2004).

de não existirem estatísticas oficiais sobre o fato, se observarmos a quantidade de empreendimentos de lazer noturno e de equipamentos de restauração que fecharam suas portas nos últimos anos, na Rua Sá e Albuquerque, teremos uma evidência que demonstra o desinteresse da população de Maceió pelo lazer, principalmente noturno, em Jaraguá, exceto em alguns eventos do ano, como nas festas de rua da semana que antecede ao carnaval<sup>7</sup>.

Problemas como falta de segurança, pedintes e flanelinhas<sup>8</sup> nas ruas, entre outros, contribuíram para repelir a demanda das classes médias e altas, assim como dos turistas, pelo lazer noturno no bairro. A maioria dos empreendimentos na área de alimentos e bebidas fechou em um curto espaço de tempo, pois, em sua maioria, dependiam e dependem do espaço da rua<sup>9</sup> para a prestação de seus serviços, que eram (ou deveriam ser) agregados à 'imagem do lugar'.

Assim, a maior parte das casas de lazer que se mantiveram por algum tempo em Jaraguá foram as que exploravam ambientes internos, fechados: bolhas ambientais<sup>10</sup>, sem um maior contato com a realidade local. Não podemos nos esquecer, nessa direção, que:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a

construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive [...] (Carlos, 1999, p. 28).

O sentido de nossa crítica é o de que a revitalização de Jaraguá foi realizada sem uma maior valorização identitária do 'lugar'. Distante da realidade que cerca o bairro, o projeto de revitalização fez-se isolado da imagem, da realidade social, das potencialidades culturais e históricas. Acreditamos que a artificialidade da paisagem e a atual ausência da população local na dinâmica sócio-econômico-cultural do cotidiano do lazer no Jaraguá destituíram o caráter de um lugar revitalizado. Segundo Cruz (2000), existem grandes dificuldades para eliminar usos antecedentes nas áreas onde se fez presente o PRODETUR-NE, a exemplo do bairro do Pelourinho ou do Recife Antigo. "Daí decorre uma constante tensão que paira sobre esses espaços, resolvida, em parte, pelo policiamento dessas áreas" (Cruz, 2000, p. 145).

Em Jaraguá essa tensão é uma constante, afinal existe uma periferia social, incrustada no centro histórico. Corroborando essa situação local as reflexões que Augé (2010) nos traz acerca da urbanização moderna, quando se refere ao fato de que antigas noções como centro, periferia, e subúrbio são colocadas em xeque pelos enclaves de pobreza que surgem em lugares que, em algum momento, podem ser considerados nobres.

Gallero (2004) afirma que, no lugar, a transformação do cotidiano e o distanciamento dos visitantes fomentam a configuração do não-lugar; tal fato nega as características de identidade dos povoadores e cria um sentimento de estranhamento. "Aqui, o grave não é a mudança, mas, sim, o fato dessa mudança surgir por imposição externa" (Gallero, 2004, p. 40). Devemos ressaltar, também, que o termo revitalização significa "dar mais vitalidade", sendo assim, entendemos que excluir uma comunidade (a da Vila dos Pescadores, ou Favela de Jaraguá) do seu próprio contexto socioespacial não é algo que dê vitalidade a qualquer projeto que

<sup>7</sup> Conforme a constatação de Leite (2008), essa mesma tendência se consolida no Recife Antigo que, ao contrário da eferescência que marcou seu auge de bairro enobrecido, se esvaziou, exceto em grandes eventos como o carnaval; o que também ocorreu no Pelourinho, em Salvador, que declina em suas atratividades.

<sup>8</sup> Tomadores de conta de carros estacionados nas ruas, que geralmente 'cobram', de forma ilegal, por esse serviço.

<sup>9</sup> Como propriedade estatal, a rua pode ser definida como um espaço urbano de predomínio público, em que pode ser podem ser instituído o 'sistema de espaços públicos', como no caso de Brasília, analisado por Holston (1989), onde a moderna arquitetura se suprimiu ruas e esquinas. Contudo, podemos pensar sob o ponto de vista de que a ausência de ações voltadas para a inter(ação) das pessoas possa-nos levar a questionar sua função política de fomentar a vida pública.

<sup>10</sup> Segundo Luchiarri (2000), essa concepção foi desenvolvida por Boorstin (1964) e utilizada por diversos autores. Refere-se a espaços alienados de seu contexto, também conhecidos como 'não-lugares' (Augé, 1994), 'pseudo-acontecimentos' (Krippendorf, 1989, citado por Luchiarri, 2000), ou 'simulacros' (Urry, 1999).

pretenda ter sustentabilidade<sup>11</sup>, questão que será discutida no tópico seguinte.

#### 4. Segregação socioespacial: A periferia (re)negada na 'revitalização de Jaraguá'

Sem o intuito de adentrar no mérito da questão se as ocupações urbanas periféricas podem ser consideradas espaços públicos, será melhor explicitado um enclave socioespacial do enobrecimento de Jaraguá que até os dias atuais rende discussões políticas. Consta no Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá, que:

[...] em 1942 foi inaugurado o cais do porto [...]. Com a construção do cais houve o acúmulo de areia entre o mesmo e a rua Sá e Albuquerque. O assoreamento distanciou o mar, gerando amplo espaço onde apareceu a mais nova rua de Jaraguá [...]. Além dessa rua surgiu também uma favela, que aos poucos foi se instalando à beira mar, no espaço criado, hoje Vila dos Pescadores (Projeto de revitalização do bairro de Jaraguá, s.d.).

A área originalmente foi ocupada por famílias de pescadores e, posteriormente, foi invadida por outras pessoas, com precariedade na infraestrutura e nos assentamentos. Com relação ao aspecto físico-territorial, as habitações locais apresentam-se em aglomerações sem ordem, com a utilização de materiais precários, sem infraestrutura urbana e parcelamento de solo.

Existe um estigma das classes médias e altas sobre a comunidade residente nessa área, que se remete na arena política e é fomentado até mesmo pela falta de um nome que propicie uma identidade local. Não existe consenso acerca da denominação. Alguns moradores a chamam 'Favela Beira-mar' ou 'Favela de Jaraguá', outros 'Vila dos Pescadores'. Para fins teóricos, preferimos utilizar a definição de 'periferia', termo que

[...] explicita áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas, atualmente, como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma, "periferia" hoje significa também aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o locus da reprodução socioespacial da população de baixa renda (Serpa, 2002, p. 161).

Jaraguá não é um 'bairro periférico', no espaço físico urbano, contudo, com base no conceito de Serpa (2002), pode-se considerar que a Vila dos Pescadores ou Favela de Jaraguá é uma 'periferia socioespacial'. Essa periferia está inserida numa área à beira-mar entre o porto de Jaraguá e alguns armazéns. Com a Lei Municipal n.º 3.536 de 23 de dezembro de 1985 foi instituído o Código de Urbanismo da Cidade de Maceió. Esse documento determinou que diversas áreas do município fossem enquadradas na categoria de Zonas Especiais, as quais são espaços com características que exigem orientações especiais para disciplinar uso, ocupação e urbanização (Prefeitura Municipal Maceió, 1995).

Em 1996, um decreto municipal de Maceió (Decreto municipal n.º 5.569, de 22 de novembro de 1996) instituiu, em seu artigo 1º, que grande parte do Jaraguá se tornaria Zona Especial de Preservação (ZEP) "[...] constituída pelo sítio histórico do Jaraguá, considerada área de interesse histórico e arquitetônico, tendo sua preservação dirigida à vocação turística, de lazer e de cultura" (Prefeitura Municipal Maceió, 1996). Segundo esse mesmo documento, no seu Art.º 1º – V, a área da Vila dos Pescadores é um Setor de Preservação Ambiental (SPA), a qual é "[...] considerada de interesse social por ser constituída de construções ocupadas por

<sup>11</sup> Com esta compreensão, a construção dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, está articulada sob os pressupostos de um modelo de desenvolvimento socioeconômico orientado para a satisfação de necessidades básicas e para o reconhecimento do papel que a autonomia cultural desempenha nesse processo de mudança (Sachs, 1993).

populações de baixa renda, cuja atividade principal é a pesca” (Prefeitura Municipal Maceió, 1996). Um dos subprojetos do Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá deveria contemplar diretamente a Vila dos Pescadores, como está descrito no documento.

O projeto consiste na urbanização da área, com a permanência da população (pescadores), no mesmo espaço onde atualmente vivem (favela), através da melhoria na sua infraestrutura, implantando o sistema de saneamento básico, energia elétrica, abastecimento d’água, pavimentação, drenagem, construção de residências térreas e sobrados acabando com a sub-habitação e proporcionando beneficiamentos gerais. A concepção do projeto levou em consideração os vários fatores econômicos e sociais, permitindo que a comunidade beneficiada possa obter em seu próprio espaço todas as condições de uma sociedade autossustentável. Após implantado, o projeto integrará a área do complexo turístico do bairro de Jaraguá, permitindo não só a sociedade local se beneficiar, como também os turistas que visitarem Maceió, através da criação de uma arquitetura pitoresca, com equipamentos como o mercado modelo, o cais e as habitações (Projeto de revitalização do bairro de Jaraguá, s.d.).

Também eram previstos alguns outros projetos e ações elencados para Maceió dentro do PRODETUR-NE. Seguem alguns tópicos sobre os detalhamentos e componentes desses projetos e ações apresentados.

Vila dos Pescadores e área do Porto: implantação e melhoria de infraestrutura urbana, serviços e equipamentos públicos. Finalidades: reverter o quadro de insalubridade nas áreas residenciais de baixa renda e dotar a população dos serviços públicos urbanos; recuperar a imagem urbana da área do porto, adequar toda a área ao projeto de desenvolvimento turístico do bairro de Jaraguá.

Bairro de Jaraguá: remoção das famílias que não dependem do porto e da pesca para locais a

serem determinados em outros bairros de Maceió. Finalidade: recuperar a Colônia de Pescadores e melhorar a qualidade de vida da população que permanecerá no local (Tecnologia a Consultoria Brasileira, 1996).

Pode-se perceber que essas ações deveriam contemplar a comunidade local com abastecimento de água potável, coleta seletiva de lixo, saneamento básico, infraestrutura em geral, serviços urbanos, entre outros; com a realização de tais ações, acreditamos que a comunidade local teria melhores chances de se inserir no processo de revitalização local. Tais condições poderiam ocasionar uma melhoria na qualidade de vida dos residentes da Vila dos Pescadores. Porém, tudo isso está muito distante da realidade local.

A Vila dos Pescadores diferencia-se de seu entorno não somente pela precariedade de sua configuração espacial, com grandes deficiências de infraestrutura básica, equipamentos e serviços urbanos essenciais. A segregação está presente em vários aspectos da vida de seus moradores que carecem de educação, saúde, participação política e outras condições para se viver com um mínimo de dignidade humana. Os moradores enxergam a beleza e a imponência dos prédios restaurados que contrastam com a visão das dificuldades diárias de quem vive em um ‘lugar periférico’: uma paisagem antagônica (Figura 3).

As condições socioespaciais do lugar remetem-nos ao conceito de periferia proposto por Serpa (2000). A carência de infraestrutura é evidente na maioria das habitações, apresentadas em aglomerações desordenadas, onde são utilizados diversos materiais inadequados, de maneira precária. Em grande parte das moradias não existe água canalizada, sistema de esgoto e sequer banheiros.

A Vila dos Pescadores continua superpopulosa e com péssimas condições de habitação; a maioria das casas e dos barracos não tem água potável; a falta de um sistema de esgotamento sanitário culmina em esgoto a céu aberto; o lixo gerado é acumulado no local; não existe uma infraestrutura mínima



**Figura 3** | Um dos contrastes visto por quem ainda vive na 'Vila dos Pescadores': prédios históricos revitalizados vs infraestrutura precária e esgoto a céu aberto.

capaz de gerar qualidade de vida; além de inúmeros outros problemas de ordem sócio-econômico-ambiental os quais causam uma não identificação da comunidade local com as propostas de revitalização e turistificação locais.

Pelo fato dessas condições ambientais e das construções da vila ocuparem um Terreno de Marinha<sup>12</sup>, as famílias que ainda residem nessa comunidade atualmente passam pelo constrangimento da lide judicial que tenta retirá-las de seu espaço tradicional, apesar de alguns filhos de pescadores, que lá residem, já tenham mais de 40 anos de idade. As tentativas de retirada dessas pessoas, por parte do poder público municipal têm sido frustradas, pois o retorno dessas pessoas ao seu lugar de origem, legalmente ou não, é algo quase inevitável devido à sua legitimidade social.

## 5. Considerações finais: Pensando sobre as contradições de um espaço público (anti) enobrecido

Como foi ilustrado ao longo desse texto, intervenções de requalificação, ou de enobrecimento urbano, como no caso de Jaraguá, criam demarcações e segregações socioespaciais que comprometem severamente a sustentabilidade desses projetos, pois os moradores que ainda vivem nesses nichos urbanos

não se vêem contemplados de forma satisfatória pelas ações de requalificação, ao passo em que a presença de visitantes demandantes por lazer pode alterar o cotidiano desses lugares, o que consequentemente gera contradições aqui explicitadas.

Ao discorrer sobre o *Declínio do homem público*, Richard Sennet teoriza a ascensão de uma ideologia da intimidade e uma crise da cultura pública nos últimos séculos da modernidade. Para esse autor, a estrutura de uma sociedade intimista tende a reduzir a utilização pública dos espaços da cidade, o que faz com que os indivíduos busquem se refugiar em territórios pessoais, na intenção de cada vez menos se 'encontrar com estranhos'. Nesse sentido, uma das facetas do que o autor teorizou como uma 'tirania da intimidade' se desdobra quando os indivíduos se isolam em 'comunidades destrutivas', evitando e excluindo aqueles que são muito diferentes em termos de cultura, classe social, política ou estilo. Dessa forma, "[...] o resultado disso é o entorpecimento da cidade enquanto um organismo" (Sennet, 1989, p. 321).

Nos espaços de *gentrification*, a cidade é planejada para a consolidação desses refúgios, em que as classes médias, elites e turistas possam viver em seus nichos de consumo e prazer. Contudo, a utópica demarcação de fronteiras esconde uma disputa simbólica desses espaços, que ocasiona os inerentes contrassensos que prejudicam a sustentação das requalificações, como no caso aqui descrito.

Hannah Arendt (1958) também trata da moderna concepção de intimidade como um isolamento de pessoas e comunidades do mundo público, e ao discorrer sobre o espaço público, esta autora aponta que este transcende a esfera de visibilidade social, o local onde um indivíduo pode ser visto e ouvido por outros. Para ela, esse é o local que não pode ser constituído para uma única geração, ou seja, para aqueles que estão vivos; por excelência, é mais do

<sup>12</sup> Faixa de terra sob o domínio da União com 33m de largura ao longo do litoral brasileiro a contar da preamar média de 1830.

que os homens mortais, é onde se pode realizar para além da própria existência corporal.

A concepção de Arendt (1958) remete-nos à questão dos usuários e comunidades remanescentes nesses espaços enobrecidos. Será que é legítimo, numa política pública, 'revitalizar' um lugar, destradicionalizando ou simplesmente expulsando comunidades de pessoas que há gerações habitam nesses locais, como no caso da Vila dos Pescadores de Jaraguá? Se o espaço público dessas pessoas é o local de cultura perpetuada, retirá-las de lá, mesmo que fornecendo outra moradia, é retirar suas possibilidades de perpetuar sua tradição no espaço onde nasceram.

Ao observar o atual estado de sítios históricos revitalizados nas últimas décadas, Leite (2008) constata um inexorável esvaziamento, uma impossibilidade do modelo de *gentrification* harmonizar as assimetrias de uso dos espaços públicos. Assim, o autor sugere uma noção de 'antienobrecimento' para designar as especificidades do processo terminal de tentativa de revitalização das áreas enobrecidas, que é caracterizado por um arrefecimento das expectativas geradas com as políticas urbanas, contradições neoliberais. No caso de Jaraguá o movimento turístico e de lazer noturno praticamente cessou, contudo a população da Vila dos Pescadores continua na luta por perpetuar suas tradições e sua vida, na intenção de continuar dando algum sentido de 'publicidade' a esse contexto de relações socioespaciais.

## Referências bibliográficas

- Arendt, H. (1958). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Augé, M. (1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas/SP: Papirus.
- Augé, M. (2010). *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL-UNESP.
- Carlos, A. F. A. (1999). O turismo e a produção do não-lugar. In E. Yázigui, A. F. A. Carlos & R. C. A. Cruz (Eds.), *Turismo: Espaço, paisagem e cultura* (2ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Costa, C. (1982). *Maceió* (2ª ed.). Maceió: Sergasa.
- Cruz, R. C. (2000). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto.
- Cruz, R. C. A. (2003). *Introdução à geografia do turismo* (2ª ed.). São Paulo: Roca.
- Faria G. M. G. (2002). *Voix publique – Voies publiques (Critique de la sphère publique au Brésil: Figures, configurations, spatialités)*. Tese de doutoramento, Université de Paris I, Panthéon Sorbonne/ledes, Nogent-Sur-Marne.
- Gallero, Á. L. (2004). O lugar e o não-lugar no turismo. In S. Gastal & M. M. Moesch (Orgs.), *Um outro turismo é possível* (pp. 36-42). São Paulo: Contexto.
- Giddens, A. (2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- História de Jaraguá (2002). *A história do meu bairro*. Maceió: Cefet-AL.
- Holston, J. (1989). *A cidade modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jameson, F. (1997). *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio* (2ª ed.). São Paulo: Ática.
- Leite, R. P. (2004). *Contrausos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Leite, R. P. (2008). Localizando o espaço público: *Gentrification e cultura urbana*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, 35-54.
- Leite, R. P. (2010a). *A inversão do cotidiano: Práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea*. Acedido em 15 de Dezembro de 2012, em <http://Dx.Doi.Org/10.1590/S0011-258201000030000>
- Leite, R. P. (2010a). A exaustão das cidades: Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(72), 73-175.
- Luchiar, M. T. D. P. (2000). Urbanização turística: Um novo nexos entre o lugar e o mundo. In C. Serrano, H. T. Bruhns & M. T. D. P. Luchiar (Orgs.), *Olhares contemporâneos sobre o turismo* (pp.17-36). Campinas/SP: Papirus.
- Nery, N. S., & Castilho, C. J. M. (2008). A Comunidade do Pilar e a revitalização do Bairro do Recife: Possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. *Humanae*, 1(2), 19-36.
- Pascual Arquitetos Associados (1996/1997). *Revitalização da vila dos pescadores: Projeto arquitetônico*. Jaraguá, Maceió-AL: Pascual Arquitetos Associados.
- Prefeitura Municipal de Maceió (1995). *Plano setorial de desenvolvimento urbano de Jaraguá*. Maceió: Prefeitura Municipal.
- Prefeitura Municipal de Maceió (1996). *Decreto Municipal N.º 5.569, de 22 de novembro de 1996*. Acedido em 22 de Agosto de 2003, em <http://www.Gw3-Al.Com.Br/>
- Projeto de revitalização do bairro de Jaraguá (s.d.). Acedido em 22 de Agosto de 2003, em <http://www.gw3-al.com.br/>
- Rodrigues, A. A. B. (2001). Percalços do planejamento turístico: O PRODETUR/NE. In A. A. B. Rodrigues (Org.), *Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais* (3ª ed., pp.147-162). São Paulo: Hucitec.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio-ambiente*. São Paulo: Nobell Fundap.
- Santos, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec.

- Sarmiento, M. E. C., & Monteiro, C. G. (2013). *Investigação topoceptiva imagética: Metodologia cognitiva na topocepção do Lugar*. Jaraguá/Maceió-AL.
- Sennett, R. (1974). *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Serpa, Â. (2002). A paisagem periférica. In E. Yázigi (Ed.), *Turismo e paisagem* (pp. 161-179). São Paulo: Contexto.
- Serpa, Â. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- Souza, M. J. L. (1995). O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In I. E. Castro, P.C. Gomes & R. L. Corrêa (Eds.). *Geografia: Conceitos e temas* (pp. 77-116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Tecnologia e Consultoria Brasileira (1996). *O Prodetur/NE e sua importância para o município de Maceió*. Maceió: Tc/Br.
- Urry, J. (2001). *O olhar do turista: Lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel.
- Vasconcelos, D. A. L. (2004). *A turistificação do espaço e a exclusão de uma comunidade periférica da revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió-AL*. Trabalho de conclusão de curso de Graduação, Faculdade de Alagoas, Maceió.
- Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Cambridge, Massachusetts: Blackweell.